

Panorama
dos problemas
no Poder Judiciário
e suas causas –
O Supremo, o Superior
Tribunal e a reforma

RESUMO

Num estudo histórico desde o Brasil Colônia, passando pelas Constituições brasileiras, discorre a respeito do aparecimento e competência dos tribunais da alta Corte de Justiça brasileira: O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça.

Analisa a evolução histórica da competência desses Tribunais e comenta a importância do Conselho da Justiça Federal como órgão de controle interno da Justiça Federal, modelo extremamente útil e exemplar.

Tece críticas e sugestões à Emenda em tramitação no Congresso relativa à Reforma do Judiciário, a qual considera imprescindível ao fortalecimento do Poder.

PALAVRAS-CHAVE

Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Poder Judiciário; competência originária; competência privativa; Constituição; recurso extraordinário; recurso especial; reforma do Judiciário; Conselho da Justiça Federal.

Tanto ontem estiveram, sem maior sucesso, infelizmente, quanto hoje estamos, não de todo inutilmente, quem sabe, convocados, para uma importante incumbência: trata-se da missão de reformar o Poder Judiciário, ofício que, entretanto, pelos mal-entendidos ou pelas desinteligências verificadas, ou pelos percalços do próprio processo legislativo, tem-se apresentado, ao longo do tempo, de difícil ultimização. Dúvida não há quanto à necessidade, e urgente, de se fazer ou de se completar a reforma, pois existem desconfortos e questionamentos, inquietudes e queixas, que, por não serem, tais defeitos, nem de ontem nem de hoje, tornaram-se crônicos¹. Em 1926, por ocasião da reforma constitucional, já se constatavam os males, aliás, até que eram de época anterior, e se pretendia dar-lhes cobro, visto que, de acordo com a mensagem presidencial apresentada ao Congresso Nacional, pretendia-se alterar preceitos relativos à Justiça Federal e modificar a competência do Supremo Tribunal, a fim de remover “a morosidade na distribuição da justiça”. Em 1956, com as sugestões apresentadas ao Ministro Nereu Ramos, a Comissão Especial esperava, com a Emenda sugerida, reduzir *de mais de metade o número dos recursos extraordinários e dos agravos e embargos deles oriundos*. Em 1960, desejou-se, pelo Projeto n. 39, do Senado, dividir o Supremo *em três Turmas menos numerosas de três Ministros cada uma, o que certamente abreviará o andamento dos feitos*. Em 1965, o Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas ofereceu proposta para a reforma do Poder Judiciário, e o mes-

mo aconteceu quando o presidente Costa e Silva pensou em alterar a Constituição de 1967. Em ambas as oportunidades, previa-se a criação do Superior Tribunal de Justiça. No ano de 1977, emendou-se a Constituição, resultante, de certa forma, daquele diagnóstico levantado pelo Supremo, na presidência Eloy da Rocha. De todos os acontecimentos, as boas idéias, convertidas em lei, ficaram, unicamente, por conta do mandado de segurança, da relevância da questão federal e do Superior Tribunal, este uma das mais úteis e proveitosas criações da Constituição de 1988. É uma pena tenham os constituintes ficado a meio-caminho, mas a pureza do atual sistema, em relação à distribuição das competências entre o Supremo e o Superior, pode e deve ser buscada na proposta de reforma. Somente assim será possível que se deixe de falar mais de uma língua a propósito de uma mesma matéria. Esperamos que isso aconteça!

O povo brasileiro reconhece a importância desta e de outras reformas, como a tributária, a política e a previdenciária. Sinal de crise estrutural, da qual é urgente se saia mas, para dela se sair, requerem-se alterações. Em sua consciência, a opinião, diga-se de cunho geral, é favorável a que se altere, se mude e se mexa na base.

O objetivo da palestra é o de registrar alguns pontos e dar algumas indicações no que diz respeito à organização da Justiça — seu início, suas preocupações e sua crise — e à reforma em si, oriunda da proposta de Emenda recentemente saída da Câmara dos Deputados para o Senado Federal. É certo que a preocupação da

nossa conversação de hoje tem a ver bem mais com a instância de superposição, principalmente com o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça.

Iniciemos então, juntos, pelas coisas da Colônia, com passagem pela Independência, e vamos nos deter no que se denominou de “crise”, daí à promulgação da Constituição de 1988, momento de reverência aos que criavam, naquele ato, o Superior e o recurso especial, e então falaremos de algumas das sugestões do Tribunal para a reforma judiciária.

A justiça d’el-Rei foi mesquinha, arbitrária e prepotente, exercida por juizes intelectualmente mal-preparados, ignorantes mesmo. Eis um dos vários comentários: *homem de curtos talentos e que assinava de cruz os despachos feitos por advogados, que funcionavam nos processos*². O primeiro tribunal foi a Casa da Relação da Bahia, instalada em 1609, extinta, no entanto, em 1629 e reinstalada em 1652, composta então por dez desembargadores. A Relação foi desdobrada em duas, sediando o Rio de Janeiro a outra, em 1751. As ordenações Manoelinas foram as nossas primeiras leis, trazidas por Tomé de Souza, em 1549. E naquela época reclamava-se da lentidão dos processos!

As Manoelinas foram sucedidas pelas Filipinas, em 1603, que por aqui vigoraram mesmo após a independência. É indicada como muito tendo influído no sistema jurídico daquele período a lei da boa razão, de 1769. Igualmente é apontada a de 1772, de alteração dos Estatutos da Universidade de Coimbra³.

* Texto produzido pelo autor, baseado nas notas taquigráficas da Conferência Magna proferida no Fórum de Debate sobre a Modernização do Direito, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Associação dos Magistrados Catarinenses e Escola de Magistrados de Santa Catarina, no Balneário Camboriú-SC, de 9 a 11 de novembro de 2000.

A 22/1/1808 chega D. João a Bahia, depois, ao Rio de Janeiro. Foram abertos os portos do Brasil, *a nossa primeira carta de alforria econômica*, a Relação do Rio tornara-se a própria Casa da Suplicação, *que se não limitava só às revistas dos processos, a julgar os magistrados e a propô-los, mas exercia certas funções administrativas e legislativas, interpretando leis*, e o Rei, que era legislador, legislou, principalmente, a propósito *dos institutos de direito público interno e externo*⁴.

Com a independência, tornamo-nos, vaidosamente, Império, e a Constituição de 1824 foi, historicamente, a de maior duração, com 65 anos, processando-se, em sua longa vigência, fatos de grande valor como a abolição. De acordo com o texto pertinente (Título VI), o Poder Judicial, e essa foi a expressão ali empregada, era composto de juizes e jurados, e existiam para julgar as causas em segunda e última instância, *as relações que forem necessárias para comodidade dos povos*, bem como, na capital do Império, *haverá também um tribunal com a denominação de – Supremo Tribunal de Justiça*, composto de juizes letrados, tirados das relações, que usavam beca e capa e tinham o tratamento de excelência (Lei de 18/9/1828), competindo-lhe conceder ou denegar revistas, conhecer de delitos e erros de ofício cometidos por determinadas pessoas, e conhecer dos conflitos de jurisdição⁵. Conquanto se entendia independente esse Poder e se declarava a perpetuidade dos juizes de Direito (arts. 151 e 153), há quem entenda que *o texto constitucional negava, na prática, duas garantias tradicionais da Magistratura – a vitaliciedade e a inamovibilidade e não assegurava a irredutibilidade de vencimentos –*, ainda que duas disposições diferentes lhes garantissem, *teoricamente, tanto uma quanto outra*⁶, isto porque, conforme o disposto no art. 154, *O Imperador poderá suspender-los por queixas contra eles feitas, precedendo audiência dos mesmos juizes...*

Em 1827 criam-se os dois primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, que foram instalados em antigos conventos, em 1828, um na cidade de São Paulo e o outro na de Olinda. Escreveu Werneck Sodré que se importava, aí, na laicização da cultura, a saber, *Marcharão juntos, agora, letrados e padres, no largo desenvolvimento da cultura européia transplantada*. E mais, que se substituiu o espírito eclesiástico pelo espírito jurídico, e que os cursos *tornaram-se provedores*

(...) a pureza do atual sistema, em relação à distribuição das competências entre o Supremo e o Superior, pode e deve ser buscada na proposta de reforma. Somente assim será possível que se deixe de falar mais de uma língua a propósito de uma mesma matéria. Esperamos que isso aconteça!

*de quadros às assembléias e ao governo das províncias e do país*⁷.

Mas o povo cansara-se da monarquia, à qual faltavam esplendor e mística, festividade e *glamour*. Disse mesmo Baleeiro que se contava nas avenidas e praças da Corte que a Princesa, de tão modesta, *trazia consigo, no decote, fósforos para acender ela mesma as velas à boca da noite*⁸. A despeito de algum cansaço e de alguma descrença, o povo, intimamente, não deixara, de todo, de admirar e respeitar o Imperador, foi por isso que, tanto atônito quanto perplexo, o povo presenciou o fim do Império. Era a República que chegava, um pouco menos a de Rui Barbosa e um pouco mais a de Aristides Lobo, Campos Sales e Bocaiúva, chefiados pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Mas coube exatamente a Rui, cujos predicados intelectuais e precisos raciocínios encantaram o Marechal, institucionalizar os fatos daquele dia 15 de novembro de 1889, dando-lhes feição e esquadro. Rui, ao que narram os historiadores, não era fascinado pela República nem era um senhor presidencialista, mas era um federalista de mão-cheia e admirador

das instituições norte-americanas. Tão admiradas e tão encantadas essas instituições, também por parte de Campos Sales, que elas e as idéias de Rui e Campos repercutiram nos Decretos n. 510 e 848 de 1890 e na Constituição de 1891, e a organização do Judiciário norte-americano acabou por servir de modelo para a organização do Judiciário da República recém-proclamada. A exemplo de lá, surgia cá o Supremo Tribunal Federal; no Império, fora o Supremo Tribunal de Justiça.

Leia-se, na Constituição que nos serviu de modelo, que o Judiciário *será investido em uma Suprema Corte e nos tribunais inferiores que forem oportunamente estabelecidos por determinação do Congresso...* (...*shall be vested in one Supreme Court, and in such inferior courts as the Congress may from time to time ordain and establish...*), e na Constituição brasileira da época, *O poder judiciário da União terá por órgão um Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e tantos juizes e tribunais federais, distribuídos pelo país, quantos o Congresso criar*⁹.

Ora, marcante e significativa era, pois, a semelhança entre ambos os textos, de tal maneira que entre nós acolheu-se, outrossim, a dualidade da magistratura – federal e estadual, e o projeto da dualidade foi motivo de ampla e séria controvérsia entre os constituintes de 1891. Intransigente defensor dessa posição, dizia Campos Sales, à vista do que ocorria no modelo adotado, que, na federação, é substancial a dualidade judiciária, a saber, um Poder Judiciário local soberano ao lado do Poder Judiciário federal, também soberano, *com a autoridade do Supremo Tribunal entre as duas soberanias paralelas, para evitar ou resolver os conflitos entre elas*¹⁰. É de observar que, nos dias atuais, essa incumbência, no campo ordinário, portanto no campo infraconstitucional, encontra-se cometida ao Superior Tribunal, decorrentemente da divisão, pelos constituintes de 1987/8, do contencioso, tocando ao Supremo Tribunal apenas o constitucional, *ex vi* do art. 102, *caput* e inc. III.

Consoante as palavras de 1891, o Supremo processava e julgava, originária e privativamente, por exemplo, o Presidente da República, os ministros diplomáticos e algumas causas, e julgava, em grau de recurso ordinário, as questões resolvidas pelos juizes e tribunais federais, e, em grau de recurso (inominado), as causas oriundas das justiças dos Estados, quando nelas se questionava (I) sobre a validade, ou a

aplicação de tratados e leis federais e (II) sobre a validade de leis ou atos dos governos dos Estados em face da Constituição, ou das leis federais. Tais eram assim as competências do Supremo, advertia Afonso Arinos, que do Tribunal se fez *uma terceira instância para as causas de direito privado, o que lhe deu caráter de uma nova alçada judiciária, sem qualquer papel político*¹¹.

Depois se denominou extraordinário o recurso que não dispunha de nome, como tal se inscrevendo no primeiro regimento do Supremo e desse modo se expressando na Lei n. 221 de 1894. Foi, todavia, na Constituição de 1934, na qual se nomeou de “Suprema Corte” o Supremo, que se referiu, especificamente, a esse recurso com o nome de “extraordinário”, cujo cabimento assemelhava-se, ali, ao que se previria nas Constituições seguintes, salvo, obviamente, a de 1988, instante em que foram criados o Superior Tribunal e o recurso especial. Na Constituição de 1934, estabeleceu-se a Justiça Eleitoral, dispôs-se a propósito da Justiça Militar, instituiu-se a Justiça do Trabalho, mas no âmbito administrativo (no Título referente à Ordem Econômica e Social). Nessa Constituição, ainda prevaleceu a dualidade da Justiça, federal e estadual: *a maioria da Comissão não aceitou essa idéia de unidade. Tanto que o sr. João Mangabeira expoz seu pensamento extremo a favor da unidade absoluta da justiça do país, e a Comissão votou contra*¹².

A Constituição de 1937 não contemplou a Justiça Federal, talvez porque, existindo apenas nas capitais, *acarretava, não raro, grandes dificuldades às partes interessadas na defesa dos seus direitos*¹³, que, no entanto, foi recriada em 1965, pelo Ato Institucional n. 2 e a Constituição de 1946 criara o Tribunal Federal de Recursos. O Poder Judiciário, pela Constituição de 1967, na redação da Emenda n. 1 de 1969, era então exercido pelo Supremo Tribunal, Conselho Nacional da Magistratura, Tribunal Federal de Recursos e Juizes Federais, Justicas especializadas e pela Justiça estadual. Note que, pela Constituição de 1988, o Federal de Recursos, no seu aspecto de Tribunal de apelação, foi substituído pelos Tribunais Regionais. Isto é, os Regionais de hoje têm a primitiva feição do Federal de Recursos, a de tribunal puramente federal.

Naqueles tempos, e, portanto, desde sua criação, cabia ao extraordinário levar ao Supremo a maior parte dos processos que chegava àquele Tribunal. De que esse recurso, no cenário constitucional-jurídico-pro-

cessual, desempenha, *lato sensu*, importante papel, dúvida não há. Segundo lição de Buzaid, de todos os meios de impugnação das sentenças, *nenhum tem maior importância político-social do que o recurso extraordinário*. Ora, se dois são os erros passíveis de ocorrer na sentença, busca-se, com o extraordinário, remédio para o erro de direito, mais grave que o erro de fato, porque o erro de direito pode contagiar outros casos, na feliz expressão de Carnelutti¹⁴.

A melhor das indicações é a de que o nosso extraordinário – de que, nos dias de hoje, são espécies o extraordinário *stricto sensu*, endereçável ao Supremo, e o especial, endereçável ao Superior Tribunal – teve por modelo o *writ of error* dos anglo-americanos. Conforme o retrospecto doutrinário, tal recurso é a perfeita tradução dos preceitos do *Judiciary Act* de 1789 (*An Act to establish the Judicial Courts of the United States*). Com o *Judiciary*, reconheceu-se, lá, a legitimidade das cortes estaduais, deu-se proteção aos direitos individuais e se tornou segura a supremacia do judiciário federal (*the legitimacy of the state courts and protected individual rights at the same time that it assured the supremacy of the federal judiciary*). Editou-se, então, o recurso extraordinário, consoante anotação de Francisco Campos, com o fim de assegurar o império, ou a supremacia da Constituição e das leis federais, e, segundo Pontes de Miranda, para *assegurar, em todo o território e em tôdas as dimensões do ambiente jurídico nacional, a realização uniforme da lei federal*¹⁵.

Não é que, em 1891, quando da promulgação da Constituição, o Supremo (o Tribunal já figurava no Decreto n. 510 de 1890) não julgara processo algum, porém, em 1892, julgou dois extraordinários, em 1893, 10, em 1894, 14 e, em 1895, julgou 42. Daí por diante verificou-se, sem novidade alguma, aumento do número das causas, até porque as Constituições posteriores ampliaram as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário, por exemplo, a hipótese de *quando a decisão fôr contra literal disposição de tratado ou lei federal, sôbre cuja aplicação se haja questionado* (de 1934, art. 76, III, a): *Mas com o advento da Constituição de 1934 o recurso extraordinário tomou outra feição. Introduziu-se, entre as hipóteses de seu cabimento, uma que se confundia com a da ação rescisória* (art. 76, III, a), daí a sugestão de Hahnemann Guimarães, entre 1953 e 1955, transformada, por Gabriel Passos, em emenda constitucional, pela qual a inter-

posição do extraordinário, no caso da alínea a, dependeria da propositura de ação rescisória ou revisão criminal: *quando a decisão houver sido dada em ação rescisória ou revisão criminal de sentença argüida de contrária a disposição desta Constituição ou a letra de tratado ou lei federal*. A fórmula de Hahnemann, com alterações, teve o apoio da Comissão constituída em 1956, presidida por San Tiago Dantas¹⁶. Observe que o Supremo também julgava, como tribunal de segundo grau, as causas de interesse da União, como autora ou ré, assistente ou oponente, e exercitava algumas das competências originárias que depois foram deixadas a cargo do Federal de Recursos, como as para processar e julgar mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado e conflitos entre juizes vinculados a tribunais diversos.

Em 1934 foram distribuídos 78 extraordinários, já em 1962 o Supremo julgava 7.437 processos, donde as seguintes advertências de Victor Nunes, em 1964, (I) *Podemos ter uma idéia do aumento do serviço, quando observamos que, em 1950, foram julgados 3.511*, (II) *Quando um Tribunal se vê a braços com esse fardo asfixiante, há de meditar, corajosamente, sobre o seu próprio destino*, e (III) *O Supremo Tribunal, com admirável espírito de coesão, está cômico da urgência de se aparelhar melhor para o exato desempenho de sua tarefa*. Foi quando Victor defendeu a adoção da jurisdição discricionária, semelhantemente ao *writ of certiorari*, e falou sobre a Súmula do Supremo¹⁷. Naquelas sugestões de 1956, afirmava-se, na justificativa do anteprojeto em que se propunha nova redação para a letra a dos incs. II e III do art. 101, de modo a restringir a competência do Supremo¹⁸, que era da ordem de 2.500 *o número de recursos extraordinários que sobem ao Tribunal. Quantos serão nos próximos anos? Tudo leva a crer que o aumento será incoercível*.

A isto denominou-se “crise do Supremo Tribunal”, entendendo-se como tal, pela palavra de Buzaid, em 1960, *o desequilíbrio entre o número de feitos protocolados e o de julgamento por ele proferidos; sendo a entrada daqueles consideravelmente superior à capacidade de sua decisão, vão se acumulando os processos não julgados, resultando daí o congestionamento...* Ora, em 1930, Pires e Albuquerque e, no ano de 1943, Philadelpho de Azevedo, que também ocuparam cadeiras do Supremo, entre 1917 e 1931 e 1942 e 1946, já se queixavam do volume de processos submetidos ao

Tribunal, e dizia Philadelpho que se atirava aos chicanistas *a melhor das oportunidades de eternizar as demandas*¹⁹.

Se tal quadro era tão atarefante, resultante das inquietações e preocupações dos juizes do Supremo daquela época, que se viam em porfia, nos anos 30, com menos de 800 processos (em 1939, 286 extraordinários), ou com mais de 7.000, nos anos sessenta (em 1962, 7.437, ao todo), o que então pensar, sentir e dizer atualmente, quando o Supremo tem recebido e julgado, por ano, mais de 50.000 processos, e o Superior Tribunal, mais de 100.000? No ano passado, foram distribuídos, no Superior, 154.607 e, no mês de janeiro de 2001, a distribuição total foi de 11.938 feitos.

Naqueles tempos, sucedeu que, a partir dos anos 40, já se adotavam, expressamente, algumas medidas, a fim de descongestionar, ou de desinchar o Supremo. As reclamações e as insatisfações, como se vê, datavam do início de trinta, quando, naquele Tribunal, não chegavam, anualmente, 800 feitos. Talvez um pouco menos talvez um pouco mais. Há registros, no atinente apenas aos extraordinários, em 1935, de 150 e, em 1939, de 286 mas, em 1940, de 804 e, em 1943, de 1.124²⁰. Em 1960, o número total dos processos, de toda a natureza, era superior a 7.000.

Daí, com o objetivo de se reduzir a competência do Supremo, foi que, pela Constituição de 1946, como a primeira das medidas adotadas, criou-se, recriando-se a Justiça Federal (de 2º grau), o Tribunal Federal de Recursos. Competia-lhe, por exemplo, originariamente, processar e julgar os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, e, em grau de recurso, as causas de interesse da União, competências, antes, do Supremo (Constituição de 1934, art. 76, I, i, II, a, e Constituição de 1937, art. 101, II, 2º, a). Depois, foram-lhe deferidas outras competências, até então igualmente cometidas ao Supremo, como a de processar e julgar os conflitos de jurisdição entre juizes subordinados a tribunais diversos. Eis por que o Federal de Recursos tinha dupla feição, a de Tribunal de segundo grau e a de Tribunal nacional, haja vista que, nesta condição, recebera aquelas atribuições pertencentes ao Supremo. Era o que o distinguia dos outros tribunais, tornando-o, dúvida não havia, o segundo tribunal do Brasil.

Em 1958, pela Lei n. 3.396 (de 2/6), ao alterar a redação dos arts. 864 e 865 do Código de Processo Civil,

(...) a partir dos anos 40, já se adotavam, expressamente, algumas medidas, a fim de descongestionar, ou de desinchar o Supremo. (...)

Daí, com o objetivo de se reduzir a competência do Supremo, foi que, pela Constituição de 1946, como a primeira das medidas adotadas, criou-se, recriando-se a Justiça Federal (de 2º grau), o Tribunal Federal de Recursos.

exigiu-se que se fundamentasse o despacho de admissão ou de denegação do recurso extraordinário. O projeto é de 1949, louvando-se em votos de Edgar Costa e Hahnemann. Na sua justificação, dizia-se que o extraordinário era a fonte primordial e provocadora da crise do Supremo, e que o projeto não visava de logo solucionar o assunto, dependente de emenda constitucional, mas consubstanciava sugestões de recentes votos e julgamentos, *como, por exemplo, a necessidade de fundamentação*²¹. Antes, porém, que fosse operada a alteração processual, e levou tempo para que isso acontecesse, já se entendia, em alguns tribunais, que a competência do presidente local não se cingia a apurar prazos ou termos do processo, ou a citar o preceito constitucional indicativo do fundamento do recurso. O certo é que, ao se requerer, legalmente, a fundamentação, criava-se o dever, impedindo que fossem prolatados singelos despachos; por isso, em casos dessa ordem, se convertia, até, o julgamento em diligência (RTJ's 47/442 e 49/202)²².

Em 1963 o Supremo aprovava, na sessão de 13/12, os primeiros enunciados da sua Súmula. Foram 370

verbetes. Aqui, o bom e merecido destaque é para Victor Nunes, que integrou o Tribunal entre 07/12/60 e 16/01/69. De certa feita, disse ele: (I) *Foi dessa maneira, colocando-se um pé adiante do outro, que nasceu a Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal. Ela atende, portanto, a vários objetivos; (II) Ao contrário do que pretendem alguns críticos, a Súmula resguarda perfeitamente a amplitude da defesa; (III) A Súmula realiza, por outro lado, o ideal do meio-termo, quanto à estabilidade da jurisprudência e (IV) Ela não estanca o fluxo criador da jurisprudência, nem impede a sua adaptação às condições emergentes*²³.

Em 1964 o Supremo introduziu, no seu Regimento, preceito permitindo se julgassem prejudicados os recursos que lá se encontravam, há dez anos ou mais, sem julgamento, a respeito dos quais as partes, previamente convocadas, não se manifestassem. Conforme a justificativa da Emenda apresentada, não havia menor interesse das partes em que permanecessem pendentes de julgamento processos muito antigos que ficaram sem andamento, dos quais elas próprias se desinteressaram²⁴.

Em 1965, pela Emenda Constitucional n. 16 (de 26/11), instituiu-se, no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, ao lado do já existente controle difuso, a cargo de todos os juizes, a figura do controle concentrado, adotado, como se sabe, nos países europeus (Áustria, Espanha etc). Conferia-se, ali, por conseguinte, competência ao Supremo para processar e julgar originariamente *a representação contra inconstitucionalidade de lei ou ato de natureza normativa, federal ou estadual, encaminhada pelo Procurador-Geral da República*. A seu respeito, disse Moreira Alves, em conferência proferida em Recife, que *ele não surgiu simplesmente com a intenção de aperfeiçoar o nosso sistema de controle, mas porque se entendia que, com esse controle, seria possível diminuir a carga, o volume de processos no Supremo*. Com efeito, ao ver da Exposição de motivos do Ministro da Justiça, *a atenção dos reformadores tem-se detido enfaticamente na sobrecarga imposta ao Supremo Tribunal e ao Tribunal de Recursos*²⁵.

Coube, igualmente, à Emenda n. 16 restringir o cabimento do extraordinário em matéria trabalhista, tornando-o cabível apenas quanto à matéria constitucional, de maneira que as decisões do Tribunal Superior eram irrecorríveis, salvo se contrariassem a

Constituição, em conformidade com a alteração do § 1º do art. 122 da Constituição de 1946. Aliás, é o sistema dos dias de hoje, como o foi à vista da Constituição de 1967. Naquela Emenda, outrossim, se dispôs sobre as questões eleitorais, de forma que, a exemplo das questões trabalhistas, tornaram-se irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, a teor do que rezou o art. 120. No particular, além do mais, não deixara mesmo de haver alguma restrição, relativamente à admissibilidade de recursos para o Supremo, já na Constituição de 1934, segundo o texto do § 1º do art. 83. Observe que, em termos de restrição de tal admissibilidade, o sistema atual bem que poderia ser aperfeiçoado, tornando-se um pouco mais perfeito, construtivo e mais lógico, de um lado, alterando-se a leitura da letra i do inc. I, de outro, eliminando-se a letra a do inc. II, ambos do art. 102 da Constituição de 1988. A alteração preconizada é de suma importância porque, do jeito que as coisas estão (com *habeas-corpus* fundados em preceitos ordinários), de quase nada valeu a promulgação da Emenda Constitucional n. 22 de 1999.

A Constituição de 1967, na redação da Emenda n. 1 de 1969, permitiu ao Supremo que indicasse, no Regimento, as causas das alíneas a e d que julgaria pelo recurso extraordinário (item III do art. 119), cabendo-lhe, em consequência, atender à natureza, espécie ou valor pecuniário dessas causas, por isso não cabia, regimentalmente, o extraordinário, salvo nos casos de ofensa à Constituição ou discrepância manifesta da jurisprudência predominante no Supremo, de decisões proferidas, a contar de 1º/1/70²⁶, em determinados processos como o por crime ou contravenção apenado com multa, prisão simples ou detenção, ou nos litígios decorrentes de acidentes do trabalho ou das relações de trabalho do servidor, ou nos mandados de segurança sem julgamento de mérito, ou nas causas de determinado valor.

Em 1975, pela Emenda Regimental n. 3, de 12/6, publicada a 17, o Supremo Tribunal já adotava, defendido por Victor desde 1964, o critério da relevância da questão federal, em substituição à cláusula da discrepância manifesta da jurisprudência, de forma que, salvo nos casos de ofensa à Constituição ou relevância, não cabia o extraordinário, a que aludia o parágrafo único do art. 119 (item III, alíneas a e d), das decisões proferidas, por exemplo, naqueles processos por crimes ou contravenção, nos *habeas-*

corpus, quando não trancassem a ação penal, naqueles mandados de segurança, nos litígios decorrentes de acidente do trabalho, da previdência social, da relação estatutária de serviço público, ou nas ações possessórias, nas relativas à locação, nas execuções por título judicial e nas causas de alçada.

Foi em 1977, pela Emenda Constitucional n. 7, de 13/4, que se fez, expressamente, no texto maior, referência ao critério da relevância, cabendo então ao Tribunal, rezou-se lá, estabelecer, no regimento, o processo e o julgamento da arguição de relevância da questão federal²⁷.

Desde 1975, pelo visto, que se exigia, para o processamento do recurso extraordinário, naquelas mencionadas causas, que a questão federal suscitada e discutida fosse relevante. Era a adoção, aqui entre nós, da jurisdição discricionária, própria do Direito norte-americano, que a exerce, nas hipóteses assemelhadas às inscritas nas antigas alíneas a e d (alíneas a e c do art. 105, inc. III da Constituição de 1988 – *julgar, em recurso especial,...*), por meio do *writ of certiorari*. Na Suprema Corte, a sua jurisdição é invocada *by appeal* ou *by certiorari*, no primeiro caso é que ela é obrigatória. Em harmonia pois com regras do Regimento da Suprema Corte dos Estados Unidos, de 1999 (*These Rules, adopted January 11, 1999, will be effective May 3, 1999*), a revisão pelo *writ of certiorari* não é uma questão de direito, mas de discricção judicial (*is not a matter of right, but of judicial discretion*), a petição é deferida apenas por razões urgentes e convincentes (*will be granted only for compelling reasons*), ou que o caso seja de tal relevância pública (*the case is of such imperative public importance*), ou que se trate de uma importante questão federal (*has decided an important federal question*) etc. No nosso Supremo também se estabeleceu, em 1980, que a arguição, no caso da jurisdição discricionária, reputava-se acolhida se em tal sentido se manifestassem quatro votos²⁸.

Impendia assim, ao recorrente brasileiro, na petição de interposição do seu recurso, deduzir, em capítulo específico e destacado, a demonstração da relevância da questão federal, e a arguição, uma vez formado o instrumento, era apreciada pelo Supremo Tribunal, em Conselho, e não comportava pedido de vista, dispensava motivação e era irrecorrível. Ora, em que consistia a relevância da questão?, e respondia Victor Nunes, ainda em 1965 – num momento de sugestões para uma reforma judiciária –, que

lhe dar uma definição rigorosa era impossível, que a relevância seria, destarte, apurada *especialmente do ponto de vista do interesse público, do seu reflexo além do exclusivo interesse das partes litigantes*²⁹. Para Evandro Lins, em acórdão de 1967, publicado na RTJ-42/118, devia-se entender *a relevância como ofensa ao interesse público, ao interesse geral, ao interesse nacional*. Baleeiro reputava relevantes as teses sobre as quais ainda não havia jurisprudência do Supremo, na RTJ-38/574, ao passo que Thompson Flores considerava de alta relevância a contagem e recontagem da correção monetária, na RTJ-77/823. Nos Regimentos Internos, já se falava e continua se falando, tanto nos diversos do Supremo como no do Superior, sobre relevância da questão, a saber, quando da remessa do feito ao Plenário ou à Corte Especial, quando da nomeação de advogado em *habeas-corpus*, ou quando da arguição de inconstitucionalidade. Acontece, no entanto, que, legal, jurídico e processualmente, em momento algum, não se lhe deu definição alguma. A Emenda Regimental nº 3, que primeiramente dispôs sobre tal espécie de questão como pressuposto de cabimento, não lhe precisou os contornos, deixando-a à discricção dos julgadores, daí a forte dose de subjetivismo que a acompanhou, até porque os textos posteriores também não a definiram³⁰. Na proposta de Emenda que ora se encontra no Senado Federal, a inédita repercussão geral das questões, se se entender tal cláusula como substituta da relevância da questão federal, quer-me parecer que ela, a repercussão, não peca tanto pelo subjetivismo, porquanto, nela, já se acha presente o interesse público, a saber, o de se tratar de decisão cujo reflexo irá além do interesse das partes. Lexicamente, repercutir significa reproduzir, repetir, refletir ou refletir-se (som, luz, efeito); logo, cuidar-se-ia de decisão que repercutiria em um bom número de pessoas.

Em resumo, esse era o quadro de cultura transplantada do Poder Judiciário (portuguesa e norte-americana), às vezes vacilante e às vezes preocupante, e essas eram as angústias e as intimidações, perturbações e espantos do Supremo Tribunal, que, aliás, conforme as opiniões de seus ilustres integrantes, eram males e tormentos que persistiam, a despeito da adoção, em 1975, do critério da arguição de relevância como pressuposto de cabimento do extraordinário naquelas hipóteses das alíneas a e d, pois os processos iam num crescendo, haja

vista que, em 1983, eles eram 14.528 e, em 1984, 17.780³¹.

Foi aí que, em 1987 (1º/02), instalou-se a Assembléia Nacional Constituinte. De suas reflexões e de seus debates, acabou ali por vingar, tão bem pensada e tão bem amadurecida, a excelente idéia de criação do Superior Tribunal de Justiça. Certo que o Superior, em princípio, não figurava nas pretensões do Federal de Recursos, pois o que aquele extinto e saudoso Tribunal propunha, no ano de 1987, era a instituição dos Regionais, com a sua simultânea transformação *em instância de recurso especial, não ordinário, segundo o modelo das jurisdições eleitoral e trabalhista* (TREs e TSE; TRTs e TST). E não é que essa proposta fora acolhida pela Subcomissão de Organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, e se tornariam órgãos da Justiça Federal, de acordo com a redação lá aprovada, (I) o Tribunal Superior Federal, em que se transformaria, respeitada a sua composição de vinte e sete membros, o Federal de Recursos, (II) os Tribunais Regionais Federais e (III) os Juizes Federais. À mingua de previsão no texto do Anteprojeto (que esquecimento!), foi apresentada emenda a fim de se outorgar competência ao Tribunal para julgar, mediante recurso especial, as causas decididas em única e última instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando a decisão contrariasse dispositivo da Constituição, violasse letra de tratado ou lei federal etc.

Logo à frente, no entanto, a idéia do Tribunal Superior Federal foi, no âmbito da Constituinte, deixada de lado e ali surgiu a boa imagem do Superior Tribunal de Justiça, como órgão incumbido de zelar, amplamente, pela guarda dos tratados e leis federais. Isso aconteceu, ainda no ano de 1987, no Substitutivo apresentado, na condição de relator, pelo Deputado Egídio Ferreira Lima, na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Compôr-se-ia, o novel tribunal, de 36 ministros e exerceria, como hoje as exerce, competências originária, ordinária e extraordinária, esta pelo recurso especial. Como se verá, a linhas adiante, essas eram as competências que se imaginavam para um novo tribunal, com função de cassação, cuja criação vinha sendo, por muitos e há muito tempo, apregoadada em seminários, reuniões e escritos.

Em boa verdade, portanto, não se tratava de idéia nova, surgida assim naquela Comissão, conquanto se reconheça e se anuncie em voz alta que coube aos membros daquela Co-

Afinal, qual a melhor definição para o Superior, a de Tribunal de revisão, ou a de Tribunal de cassação? (...) o Superior, ao qual foi cometido, até então pertencente ao Supremo, o contencioso infraconstitucional, é muito mais um Tribunal de revisão (...) visto que compete ao Superior, conhecendo do recurso especial, julgar a causa (...) aplicando o direito à espécie (...). Sucede, todavia, que não deixa o Superior de ter alguma feição de Corte de cassação, quando, por exemplo, anula ou cassa decisões locais, ou quando cassa a decisão exorbitante de seu julgado .

missão a iniciativa da concretitude, a de tornar concreto o que até ontem não passava de uma idéia, de uma simples sugestão. De modo particular, sou testemunha das seguintes palavras do relator ditas a vários membros do Federal de Recursos: *a minha idéia não é a do Tribunal Superior Federal, mas a da criação do Superior Tribunal de Justiça*. Em 1960, falava Buzaid, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que, *desvanecidas as esperanças de qualquer limitação e não podendo o atual Supremo Tribunal suportar a pretora de feitos que lhe foi cometida, a solução é criar um novo Tribunal, com função exclusiva de cassação, atribuindo-lhe a competência para julgar os casos de recursos, com fundamento no art. 101, III, da Constituição Federal*³². Afinal, de que pretora de feitos falava Buzaid, naquele ano de 1960? Recorde-se que, em 1962, o Supremo julgara, ao todo, 7.437 feitos, enquanto que, em 1950, 3.511.

Em 1965, numa mesa-redonda patrocinada pela Fundação Getúlio Vargas a propósito da crise do Judi-

ciário, da qual participaram, dentre outros, os juristas e ideólogos Themistocles Cavalcanti, Caio Tácito, Seabra Fagundes, Caio Mário, Frederico Marques, Levy Carneiro e Miguel Reale, já se propunham, para a indigitada reforma do Poder, além de outras propostas, a revisão da competência do Supremo, *para colocar esta alta Corte em seu grande papel de instância constitucional*, e a criação de um novo tribunal, *que teria uma função eminente como instância federal sobre matéria que não tivesse, com especificidade, natureza constitucional*³³. De logo ali se lhe dava, nos termos do texto final aprovado pelos participantes daquela mesa de debates, exatamente o nome de Superior Tribunal de Justiça, e se lhe eram propostas as mesmas e atualíssimas competências originária, ordinária e extraordinária, nesta, nos casos de contrariedade à lei federal, de questionamento da validade de lei ou ato local e de dissídio jurisprudencial, inclusive, faltante no texto hoje em vigor (o que, tecnicamente, foi e é bem melhor para o sistema), quanto à interpretação da própria Constituição.

Em 1987, lembrava-se Reale da solução adotada pela Comissão Afonso Arinos, ou seja, *transferir-se para a competência de um novo Tribunal, denominado Tribunal Superior de Justiça, toda a matéria mais própria de uma Corte de Cassação, principalmente no que se refere aos atuais recursos extraordinários*. Vieram-lhe ainda à memória dois outros momentos em que soluções semelhantes foram trazidas à baila, um, pela palavra dele próprio, quando se pensou, e Reale trabalhara nesse sentido, em reformar a Constituição de 1967, outro, em 1975, pela palavra de Baleeiro, em enquete promovida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*³⁴.

De feito, a criação do Superior, com aquelas três competências fora também acolhida pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, de 1986, destinada a oferecer sugestões, na oportunidade, à futura Assembléia Nacional Constituinte. Só que, pelo Anteprojeto dessa Comissão, denominada Comissão Afonso Arinos, caberia ainda recurso extraordinário contra decisões do Superior quando o Supremo considerasse relevante a questão federal resolvida. Isso transformaria o Superior em tribunal de passagem, simplesmente. Não é que essa idéia, a do cabimento do extraordinário, infelizmente veio à tona durante os trabalhos da Constituinte, figurando nos substitutivos da Comissão de Organização dos Poderes e da Comissão

de Sistematização, mas, felizmente, foi, em plenário, amplamente repelida. É de bom aviso a lembrança de que, na Comissão Afonso Arinos, Reale fora contra a idéia³⁵.

Veja-se que, quando convidado pela Comissão, Afonso Arinos, de 1986, a oferecer sugestões e a se manifestar, fê-lo o Supremo, relativamente ao Superior, por desaproveitar a idéia de se criá-lo, *com competência para julgar recursos extraordinários oriundos de todos os Tribunais Estaduais do País*. Sua proposta, nesse assunto, era semelhante àquela do Federal de Recursos: a da criação do Tribunal Superior Federal, competindo-lhe, além dos feitos originários, julgar recursos especiais contra acórdãos dos Tribunais Regionais Federais, em temas envoltos da Constituição Federal, de tratados ou lei federal, ou em caso de divergência de julgados, sempre nos limites da Justiça Federal e sem prejuízo da competência do Supremo Tribunal Federal³⁶.

Em dias assim não tão idos, o Poder Judiciário constituía-se então do Supremo Tribunal, Conselho Nacional da Magistratura, Tribunal Federal de Recursos e juízes federais, Justças especializadas e dos tribunais e juízes estaduais. Sucede que, ao Conselho, o texto constitucional de 1988 não se referia, extinto estava o Federal de Recursos pois, em seu lugar, ficavam, naquele ato, criados cinco Tribunais Regionais Federais. Instituiu-se, outrossim, o Superior, e esse novo Tribunal ali herdava a competência originária que conferira ao Federal de Recursos a feição de Tribunal nacional, como a de processar e julgar os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais de Contas dos Estados, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado e os conflitos entre juízes subordinados a tribunais diversos, bem como, a par de outras atribuições, o Superior recebia o contencioso infraconstitucional (tratado ou lei federal), que vinha sendo exercido pelo Supremo por meio do recurso extraordinário (Constituição de 1967, art. 119, III). Por consequência, é iniludível, ver-se-á logo à frente, que, sob o pálio do recurso extraordinário *lato sensu*, o Superior instalar-se-ia, em harmonia com a tão significativa norma das normas, para patrocinar o contencioso infraconstitucional, todo ele e somente ele, e o Supremo, da mesma forma, patrocinaria, a partir daí, o contencioso constitucional, exclusivamente: conforme o sistema adotado pelos constituintes, as decisões do Superior, no particular,

seriam, e é negável que são, irrecoríveis pelo extraordinário, isso porque lhe faltaria, e incontestavelmente lhe falta, o contencioso constitucional, salvo em uma ou duas hipóteses, raríssimas, como no caso da prévia arguição de inconstitucionalidade, caso em que a declaração, no Superior, há de ser em desfavor do recorrente, ou na hipótese de o vencedor transformar-se em vencido no Superior, hipótese em que a questão há ainda de ter sido suscitada na origem. Tudo isso, repita-se, em relação ao recurso especial, espécie do extraordinário *lato sensu*.

Veja-se, pois, que o modelo de organização primitiva do nosso Judiciário fora o norte-americano, acolhido, tal e qual, em 1891, na Constituição de artigos revistos, um a um, pelo impecável Rui Barbosa, sabidamente forte admirador daquelas instituições. Em 1965 afastamo-nos um pouco desse modelo, com a admissão, pela Emenda Constitucional n. 16, no controle de constitucionalidade brasileiro, do sistema concentrado (controle *in abstracto*), tipicamente europeu. Com o Superior Tribunal, mais nos aproximamos da organização judiciária européia, ao nos aproximarmos da revisão (germânica ou austríaca) e da cassação (francesa, espanhola e italiana), porque é com elas que o Superior se identifica, em termos de Corte superior, ou suprema. De maneira que, por analogia, o Superior há de ser o fecho da abóbada, tal qual o é o Tribunal francês: *la Cour de Cassation est la clef de voûte de l'ordre judiciaire*³⁷.

Afinal, qual a melhor definição para o Superior, a de Tribunal de revisão, ou a de Tribunal de cassação? No atinente ao Supremo, perguntava Buzaid, em 1960, a respeito das funções atribuídas àquele Tribunal: Tribunal de cassação, Corte Constitucional, ou as duas, próprias de um tribunal híbrido? De fato, o Supremo exercia ambas as funções, por isso, concluía Buzaid, *O defeito capital está precisamente em onerar o Supremo com encargos muito superiores às suas forças*, e igualmente por isso é que Buzaid propunha a criação de um novo tribunal, *com função exclusiva de cassação*³⁸. Mas o Superior, ao qual foi cometido, até então pertencente ao Supremo, o contencioso infraconstitucional, é muito mais um Tribunal de revisão (como era o Supremo, em ambos os campos, e como hoje não deixa de sê-lo, no campo exclusivamente constitucional), visto que compete ao Superior, conhecendo do recurso especial, julgar a causa (como o Supremo, pelo recurso extraordinário, *ut* art. 102, III), aplicando o direito à

espécie (Constituição, art. 105, III, Regimento Interno, art. 257 e Súmulas 456 e 457/STF). Sucede, todavia, que não deixa o Superior de ter alguma feição de Corte de cassação, quando, por exemplo, anula ou cassa decisões locais, ou quando cassa a decisão exorbitante de seu julgador (Regimento Interno, art. 191).

Em sua historiografia, há, sem dúvida, semelhanças, e marcantes, entre os dois institutos. A cassação, mais antiga, é de origem francesa, de 1790, confirmam-se (I) *Sin duda, la casación es una de las creaciones más emblemáticas de la Revolución Francesa* e (II) *Es común aceptar este período como origen de la casación desde una posición puramente política y desde el dogma ilustrado de la separación de poderes*³⁹, veja-se, de fonte genuína, por ocasião do bicentenário da Corte (1990) *Il y a deux cents ans et deux jours, le 27 novembre 1790, l'Assemblée constituante, réunie dans la salle du Manège du Palais des Tuileries, votait, à une majorité hélas inconnue, la loi instituant le Tribunal de Cassation*⁴⁰, e a precedente cassação francesa influenciou a subsequente revisão alemã, de 1871 ou 1877, veja-se, *Historiquement, pourtant, il est incontestable que le pourvoi en cassation a influencé les textes allemands*, daí que (I) *Cassation et révision sont donc caractérisées par une similitude de plus en plus marquée dans l'utilisation effective qui en est faite par les magistrats suprêmes* e (II) *Le recours en cassation et le pourvoi en révision ne sont pas fondamentalement opposés. Ils tendent tous deux à réaliser l'unité de droit...*⁴¹.

Aqui entre nós, se vingar, e todos esperamos que vingue com alterações e inúmeras achegas, a proposta de reforma em andamento no Congresso, note que, referentemente à súmula vinculante, cuja adoção igualmente se pretende para o Superior, admitir-se-á reclamação no caso de decisão contrária à súmula, e o Tribunal, *julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da Súmula, conforme o caso*. Ora, de acordo com a proposta, *anulará o ato ou cassará a decisão judicial, já na França, il y aura cassation – c'est-à-dire annulation – de la décision attaquée*; de mais a mais, *e determinará*, segundo o projeto em tramitação, *que outra seja proferida*, eis aí a devolução, o *“renvoi de l'affaire”*, só que, lá, isto se faz diante de uma outra jurisdição: *devant une autre juridiction de même nature que celle dont émane la décision cassée* (no

contencioso administrativo, porém, a devolução se faz em princípio diante da mesma jurisdição)⁴².

Quando, a propósito desse assunto, se cogita da existência de uma terceira instância, o fato de saber se se cuida de revisão ou de cassação tem lá a sua importância, talvez por isso, no concernente aos seus tribunais, é que afirmam, convictamente, os espanhóis que *Tanto la jurisprudencia como la doctrina, como sabemos, han reiterado que la casación no es ni debe ser una tercera instancia*, e sublinham, da mesma forma, os franceses que *La Cour de cassation n'est pas un troisième degré de juridiction*. Todavia, em relação à revisão, algum toque há, nesse recurso, da provocação de um terceiro grau de jurisdição. De certa feita, disse Torreão Braz, na 2ª Seção do Superior, *De outra parte, ao conhecer do recurso, o tribunal de revisão entra no exame do mérito, formando uma autêntica terceira instância, pois não há juiz, em tal circunstância, capaz de reprimir a ânsia de remediar injustiça acaso cometida pelo tribunal de segundo grau no exame dos fatos da causa*. Ainda que em princípio desse modo não se possa proceder, ou que se deixem de lado os arroubos do magistrado, é inegável que existe, na revisão, um gostinho de terceira instância, se não quanto aos fatos, pelo menos, quanto à questão de direito. Em Portugal, onde não se restringe a cassar mas, sim, a aplicar o direito *aos factos que os Tribunais de instância estabeleceram e fixaram* (por conseguinte, trata-se de revisão e não de cassação), o Supremo Tribunal de Justiça, leciona o professor português José Alberto dos Reis, *não é um Tribunal de terceira instância, porque não conhece das questões de facto; mas é um Tribunal de revista....* A exemplo do Supremo português, o Superior brasileiro também é um Tribunal de extraordinário (*extraordinário stricto sensu*, especial e revista)⁴³.

Felizmente, bem e muito mais Tribunal de revisão, o Superior igualmente é, como o foi o Supremo, um Tribunal híbrido, isso porque processa e julga, originariamente, *verbi gratia*, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, os desembargadores, e julga, em recurso ordinário, os *habeas corpus*, mandados de segurança e as causas de Estado estrangeiro ou organismo internacional, e principalmente julga, em recurso especial, as causas decididas pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados e do Distrito Federal, no que tange ao direito comum, logo, no campo infra-constitucional, precipuamente.

(...) é de interesse do Superior, em termos de purificação do sistema que as suas decisões se tornem recorríveis somente mediante recurso extraordinário, vale dizer, que contra decisão sua não caiba recurso ordinário, como hoje dispõe o inc. II do art. 102. Purificar o sistema haveria de ser preocupação de todas as boas inteligências, em respeito, até, ao próprio texto constitucional (...)

O Superior, quanto ao recurso especial, é o tribunal das matérias infraconstitucionais, de todas elas, salvo a matéria cometida às Justiças especializadas, ao passo que o Supremo, no referente ao recurso extraordinário, é o Tribunal das matérias constitucionais, e somente delas. De palavras e linhas atrás, rememore-se o que a doutrina, em sua totalidade – e exatamente vindo a pêlo, escreveu sobre a criação de um novo tribunal, com função, dizia-se ali, “de cassação”; acontece, contudo, que, se de cassação ou se de revisão, ou com ambas as funções, isto não interessa, pois o que se advogava, e isto é o que é importante, para o novo tribunal, era a competência a fim de julgar as matérias daquele recurso extraordinário. Não é que Buzaid abertamente se referia ao inc. III do art. 101 da Constituição de 1946! É lícito, assim, admitir-se que o que diferencia os dois tribunais é apenas o contencioso, cabendo a um, ao Superior, a última palavra sobre a interpretação dos tratados e das leis federais, e ao outro, ao Supremo, a palavra final a propósito da exegese do texto constitucional. Seria proveitoso e útil para todos, até porque haveria perfeita conformidade com o

sistema, que ambos acolhessem, sem vaidades, as interpretações de um e outro, dentro das respectivas competências. Daí, conforme linhas atrás, o porquê da irrecurribilidade das decisões do Superior, no julgamento do recurso especial, mediante recurso extraordinário para o Supremo. É que, nesses casos, o Superior jamais contraria o texto constitucional, porque ele não exerce tal contencioso, e o que legitima o extraordinário, consoante a boa e vetusta sabedoria, é a existência de questão constitucional, direta e clara, imediata e límpida, evidentemente não-reflexa e certamente que não-obliqua. Este é um assunto que instiga e preocupa, pois o sistema judicial não legitima que se reformem acórdãos do Superior formados à luz da lei ordinária, a pretexto de ofensa à Constituição (devido processo, ampla defesa, admissibilidade do especial etc.), assim como instiga e preocupa o de se saber da admissibilidade do recurso especial quando em discussão tema concernente a direito adquirido (ato jurídico perfeito e coisa julgada), a mim sempre me parecendo que, se não se declara na origem a inconstitucionalidade da lei, o recurso admissível é o especial, mas acontece que tais e outros são assuntos para uma outra rodada⁴⁴.

O Superior Tribunal foi instalado no dia 7 de abril de 1989, ano em que lhe foram distribuídos 6.103 feitos, dos quais julgou 3.711. O Supremo, nos anos trinta, já se incomodava com 300 processos anuais, parecendo-me que esse número se referia somente aos extraordinários. No ano de 1956, nas sugestões para a reforma constitucional, a Comissão Especial falava, em relação ao extraordinário, que *Tudo leva a crer que o aumento será incoercível*. Naquela quadra, o número era de 2.500, aí incluídos os agravos. Em 1964, asseverava Victor Nunes que o Tribunal, que em 1950 julgara, no total, 3.511 processos e em 1962, 7.437, havia de meditar, corajosamente, sobre o seu próprio destino. Não é que, no segundo ano de sua existência, o Superior recebia 14.087 e julgava 11.742, sendo que, entre 1989 e 2000, foram-lhe distribuídos 753.242. No ano passado, o Supremo recebeu 105.307 feitos. Quanto aos últimos números, trata-se do volume total dos processos.

Diante desse tormentoso e inquietante quadro, sabendo-se que o Tribunal Superior do Trabalho também recebe e julga tantos e tantos processos, em 1999 lá foram recebidos 115.870 e, em 2000, 125.373, é que sem tardança se deve meditar, corajosa-

mente, sobre o destino da instância de superposição.

Da proposta de Emenda que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, recém-saída da Câmara dos Deputados (n. 96/92) em direção ao Senado Federal (n. 29/00), recolho três ou quatro aspectos, quanto ao Superior Tribunal, principalmente.

No recinto do meu Tribunal, a primeira de suas aflições tem a ver com o número de processos, com aqueles que lá chegam ou pelo recurso especial, ou pelo agravo de instrumento de decisão denegatória. É mais que sabido que se não concebeu o Superior impondo-se-lhe o trabalho de rolar eternamente enorme rochedo na subida de uma vertente, tal o mitológico castigo imposto por Zeus a Sisifo. Não, o Superior foi concebido e veio ao mundo jurídico-institucional com outra destinação, a de zelar, sem dúvida alguma, pela guarda dos tratados ou leis federais, tornando-se, desse modo, o tribunal de toda a matéria infraconstitucional, mas com o fim e com a missão de cuidar das questões significativas ou relevantes, processando-as e as decidindo. Por oportuno, recorde-se que a Suprema Corte norte-americana, no exercício da jurisdição discricionária, não processa nem julga mais que 150 feitos por ano. Nem isso, talvez⁴⁵. Mesmo assim, anotou Baum: *(I) os juízes e os observadores da Corte têm argumentado cada vez mais que este tribunal está sobrecarregado; a carga da Corte levou a uma fragilidade dos votos sobre o mérito*⁴⁶. Note que, na década de trinta, o nosso Supremo já se queixava do número de processos. E não é que, na mensagem apresentada pelo presidente Arthur Bernardes ao Congresso Nacional, em 1924, quando a população era pouco mais de 30.000.000, afirmava-se, a respeito do Judiciário da União, que o trabalho, no Supremo, *dia a dia mais se avoluma, não obstante o notável e exaustivo esforço dos dignos Ministros, cujo labor quasi excede às forças normaes do espírito*⁴⁷. Dos anos vinte para a presente época, o esforço é o mesmo, notável e exaustivo, e a população estimada já ultrapassa os 160.000.000 de habitantes.

É necessário e desde logo é urgente que haja, também para o Superior, instrumentos de contenção do recurso especial. E por que também? Porque, pasmem todos, ao Superior não se conferiu, na proposta vinda da Câmara dos Deputados para o Senado Federal, a repercussão geral da questão, instrumento dado ao Supremo, a saber, o de que caberia ao re-

corrente demonstrar a repercussão geral das questões discutidas no caso, a fim de que o Tribunal examinasse a admissão do recurso. Seria algo semelhante àquela arguição de relevância adotada entre 1975 e 1988, no Supremo Tribunal. Com propósito análogo, falou-se, em determinadas oportunidades, em transcendência, ao invés de repercussão. Saíram do Superior, quando instado a apresentar sugestões, propostas, várias, no sentido de que lei, de sua iniciativa, indicaria hipóteses de inadmissibilidade ou de admissibilidade do especial, ou de que caberia ao Tribunal julgar, nessa hipótese, apenas as causas decididas no mérito. Seja como for, o Superior não pode carecer de qualidades necessárias ao bom desempenho de sua alta missão constitucional, por isso, suprimindo-as, urge que se lhe permita alguma discricionariedade, a saber, que a sua jurisdição também seja discricionária. Sou dos que comungam do pensamento de que o Superior deve exercer o controle de todo o direito comum, inclusive daquele praticado nos juizados especiais. Necessita, para tanto, de bons instrumentos processuais, algo que até lhe permita, nas ações repetitivas, processadas perante quaisquer juízos ou tribunais, chamar a si, para rápida e pronta solução, uma delas, caso em que o conhecimento integral da lide lhe seria devolvido.

Outro instrumento útil e recomendável seria a súmula vinculante, *verbis*: *após reiteradas decisões sobre a matéria, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta*. Pela redação da Câmara, a competência para aprovar a súmula foi dada ao Supremo, tão-somente. Ignoram-se as razões pelas quais igual competência não fora atribuída ao Superior, logo ao Superior que mais necessita desse instrumento, até porque, em relação ao Supremo, as suas decisões, nas ações declaratórias de constitucionalidade, já têm efeito vinculante e produzem eficácia contra todos, e, nas ações diretas de inconstitucionalidade, as decisões terão igual efeito, ao ver da proposta em tramitação.

Aos benefícios da súmula já me referi, citando tão proveitosa e tão didática lição de Victor Nunes. Creio, pois, não procederem as implicâncias de uma série de lamentadores e queixosos, todas no sentido de que a súmula, agora com efeito vinculante, não seria um bem, mas um mal. Com efeito, mal algum vejo na sua instituição

com efeito vinculante, porque, de uma parte, a sua instituição tornará mais rápida a entrega da prestação jurisdicional, de outra, permitir-se-á ao Tribunal, pela proposta, rever ou cancelar a súmula, em virtude de provocação por qualquer daqueles legitimados para tanto.

Outro ponto de interesse do Superior é que se não mexa na sua atual composição de 33 membros, nem que se altere as suas atuais competências, salvo no tocante à limitação do especial. Mas é de enorme interesse do Superior, como se vê, que se purifique o sistema de autoria dos constituintes de 1987/8, de tal modo e de tal jeito que ele se torne, verdadeiramente, o Tribunal da matéria infraconstitucional, de toda ela e não apenas mesquinha-mente de uma parte dela: algumas das atuais competências originárias do Supremo melhor estariam no Superior, como as referentes ao litígio entre Estado estrangeiro e a União, à extração, à homologação das sentenças estrangeiras, das letras e, g e h, do art. 102, inc. I. Ainda em tal aspecto, não se pode perder de memória a letra i, que requer adaptação ao sistema – Supremo, matéria constitucional e Superior, matéria infraconstitucional –, daí que caberia ao Supremo processar e julgar, originariamente, o *habeas corpus* quando se tratasse de descumprimento de preceito constitucional, e não de preceito infraconstitucional. Não é crível, já que atentatório ao sistema, possa o Supremo decidir *habeas corpus* contra ato do Superior, no exercício de sua normal competência – lei ordinária. Na matéria infraconstitucional, a decisão do Superior há de ser a última palavra, irrevisível, portanto, seja mediante *habeas corpus*, recurso extraordinário, seja lá o que for. Caso não seja dessa forma, é preferível o retorno ao passado!

Por tudo isso é que é de interesse do Superior, em termos de purificação do sistema – vamos falar de pureza do sistema –, que as suas decisões se tornem recoráveis somente mediante recurso extraordinário, vale dizer, que contra decisão sua não caiba recurso ordinário, como hoje dispõe o inc. II do art. 102. Purificar o sistema haveria de ser preocupação de todas as boas inteligências, em respeito, até, ao próprio texto constitucional, em que se inscreveu que o que compete ao Supremo, precipuamente, é a guarda da Constituição. Em lhe sendo o principal (ou o essencial) a guarda da Constituição, esse controle, sabidamente, é exercido por meio do recurso extraordinário, quando se cogita do

emprego do extraordinário *lato sensu*, e não do recurso ordinário, obviamente. Com isso, estar-se-ia colocando o Superior nos devidos trilhos, no leito natural de Tribunal da matéria infraconstitucional, de toda ela e não de parte dela: se um Tribunal há de ser a última palavra sobre assunto de ordem constitucional, o outro há igualmente de sê-lo de assunto de ordem infraconstitucional. Que a pureza do sistema, espera-se e se confia que isso aconteça, resulte da proposta de Emenda em tramitação no Senado Federal, para que, naquela augusta Casa, se realize em sua amplitude a idéia original dos constituintes, a excelente idéia geral, que foi, sem dúvida, a de dividir o contencioso, reservando ao Superior a generalidade da matéria infraconstitucional. Outro caminho não existe, haja vista as inúmeras lições lembradas, de uma plêiade de doutrinadores que fizeram história. Nesse sentido, é que é o modelo europeu, do qual o sistema brasileiro se aproximou, com as criações do Superior e do recurso especial.

O último ponto recolhido da indigitada proposta é o respeitante ao controle do Judiciário e, em consequência, ao Conselho Nacional de Justiça. Em verdade, não há voz que discorde da sua instituição. Ao menos, ao que cuido eu. Para nós do Superior, o conselho é necessário e é urgente, entendendo a Ordem dos Advogados do Brasil, pelo seu Conselho Federal, tal o que se ouve por aí afora, que esse é o ponto principal da tão falada e imperiosa reforma. Existe, sem dúvida alguma, divergência, marcante e séria, no atinente à natureza do controle, se externo, ou se interno.

A nós magistrados, a todos, ao que penso, o controle, que se impõe e se exige, há de ser o interno, até porque o controle externo, além de representar, histórica e dogmaticamente, verdadeiro atraso, atingiria os princípios da autonomia e independência do Judiciário, ferindo, de morte, a separação dos Poderes, a cujo respeito expressamente já se proíbe proposta de emenda tendente a abolí-la, ao ver do disposto no art. 60, § 4º, III da Constituição. E tal proibição é o que, conforme inúmeras lições doutrinárias, se denominou de cláusula pétrea, daquelas da garantia de eternidade.

Historicamente, o conselho foi criado na França, em 1946, e reformado em 1958, com o objetivo, veja-se, de garantir a independência da magistratura. Malgrado lá os juízes não disporem, de modo integral, dos dons próprios de um Poder, há tentativas no

Na área federal, é útil e é exemplar, como modelo de controle interno, o Conselho da Justiça Federal, que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal. (...) Já se recomendou, em boa hora, à atual proposta de Emenda em tramitação no Congresso, e a recomendação já foi aceita, que se dê ao Conselho da Justiça Federal poderes correicionais.

sentido de se dar à Justiça francesa maior independência. Tal se tentou, em data recente, com propostas de alteração da composição do Conselho Superior, *dans le processus d'émancipation de la justice par rapport au pouvoir politique*⁴⁸. Na Itália, existe pretensão no sentido de que o controle se faça por conselho composto apenas de magistrados: *Seriam escolhidos pelos méritos que demonstraram como juízes e procuradores*⁴⁹.

Por isso é que o Superior entende que o Conselho aventado na proposta de Emenda deve ser composto, exclusivamente, de membros do Judiciário, mas não afasta a idéia, defendendo-a, ao contrário de mal-intencionados pensamentos que andam por aí, de que, perante esse Conselho, hão de funcionar o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, como órgãos provocadores.

Na área federal, é útil e é exemplar, como modelo de controle interno, o Conselho da Justiça Federal, que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal. Foi mais uma das sig-

nificativas criações dos constituintes, fruto de emenda apresentada, em 1987, ao Substitutivo da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Já se recomendou, em boa hora, à atual proposta de Emenda em tramitação no Congresso, e a recomendação já foi aceita, que se dê ao Conselho da Justiça Federal poderes correicionais. Na Justiça do Trabalho foi instituído o Conselho pela Resolução Administrativa n. 724, publicada nos DJ's de 28.8 e 30.8.00.

Preocupações outras existem, e várias, e a esperança é a de que a proposta de Emenda, não do agrado de muitos na redação saída da Câmara dos Deputados (a nós do Superior, certamente que não agradou), seja alterada no Senado Federal. Tudo indica que sim, que a proposta será alterada. É imprescindível que o Superior tenha aqueles instrumentos processuais, que se capacite o Tribunal para melhor exercer o controle de aplicação da lei federal, de toda ela (daquela de sua competência), que se tomem providências para que se alcance a pureza do sistema, pois, afinal, era essa a aspiração, o sonho e o desiderato dos constituintes de 1987 e 1988.

Certamente que hoje padecemos da angústia proustiana, procurando o tempo perdido. No entanto, se culpa existe, o Judiciário não há de ser arguido de responsável, visto que não lhe cabe, na distribuição constitucional das competências, fazer as leis. Compete-lhe, em alguns casos, a iniciativa delas, e iniciativas têm sido tomadas, sem sucesso, infelizmente. O que não falta é crença, e crendo é que se redobra a fé no sentido de que mais hoje ou mais amanhã teremos o Judiciário dos sonhos de todos, embora, na lembrança do poeta, sonho é sonho, mas não custa sonhar com o Judiciário perfeito e acabado, quem, como todos nós, almejamos sempre viver num Estado democrático de Direito. Ora, sem o Judiciário, forte e independente, útil e corajoso, garantidor dos direitos, não haverá democracia.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 Em conferência de 1981, pronunciada na Escola Superior de Guerra, assim falava Xavier de Albuquerque: *Os males, os defeitos, as carências de que ainda padece a estrutura da administração da Justiça, não são carências, defeitos ou males que possam ser corretamente referidos ao momento que passa, à atualidade, à*

- conjuntura. São de hoje, porque era de ontem e haviam sido de anteontem, tornando-se crônicos. ALBUQUERQUE, Xavier de. Conjuntura política nacional: poder judiciário. *Segurança e Desenvolvimento*, v. 31, n. 190, p. 19-30, 1982.
- 2 EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. Brasília: Senado Federal, 2000. p. 431-454.; SANTOS, Gerson Pereira dos (Coord.). *Memória da justiça brasileira*. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 1993. p. 77 - ss.
 - 3 *A lei da boa razão afigura-se-nos ter sido, no Direito português, um equivalente da obra dos pretores e dos jurisconsultos no Direito Romano*. MARTINS JÚNIOR, Isidoro. *História do direito nacional*. Brasília: Ministério da Justiça, 1979. p. 78-81; De acordo com José Carlos Moreira Alves, nos Estatutos estabeleceu-se que a boa razão determinar-se-ia pelo uso moderno das leis imperiais, e conseqüentemente, pela observância delas na doutrina e na legislação das nações cristãs. ALVES, José Carlos Moreira. Panorama da literatura romanística no Brasil. *Arquivos do Ministério da Justiça*, v. 39, n. 164, p. 17-18, 1982.
 - 4 MARTINS JÚNIOR, op. cit., p. 148-149; DELGADO, Luiz. *Quadro histórico do direito brasileiro*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1974. p. 91 - ss.
 - 5 *Ai estão já, em forma embrionária, algumas das funções e atribuições do Supremo Tribunal Federal, mais tarde desenvolvidas nos recursos extraordinários, no foro especial para certos agentes públicos e nos conflitos de jurisdição*. BALEEIRO, Aliomar. *O Supremo Tribunal Federal*: esse outro desconhecido. Rio de Janeiro: Forense, 1968. p. 18.; *Durante 61 anos de existência participaram do Supremo Tribunal de Justiça 124 Ministros, dos quais 11 ascenderam à Presidência*. MATTOSO, Pedro José Xavier. *Supremo Tribunal Federal*: 150 anos. Brasília: STF, 1978, p. 9-11; BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito público brasileiro e análise da constituição do império*. Brasília: Senado Federal, 1978. p. 341 - ss.; *Ibidem*, p. 537-572.
 - 6 NOGUEIRA, Octaciano. *A Constituição de 1824*. Brasília: Centro de Ensino à Distância, 1987. p. 18.
 - 7 SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 37-42.
 - 8 BALEEIRO, Aliomar. *A Constituição de 1891*. Brasília: Centro de Ensino à Distância, 1987. p. 1.
 - 9 *Na exposição de motivos do seu trabalho (o Decreto n. 848), o Ministro da Justiça e futuro Presidente da República relata como o moldou, tendo em vista as instituições norte-americanas*. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Algumas instituições políticas no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Forense, 1975. p. 130.; *Ibidem*, p. 152.; BARBALHO, João. *Constituição Federal Brasileira*: comentários. Apresentação do Senador Mauro Benevides; Introdução de Walter Costa Porto. Ed. fac-sím. Dos comentários à Constituição Federal de 1891. Brasília: Senado Federal, 1992, p. 222-223; BUZAID, Alfredo. *Estudos de direito*. São Paulo: Saraiva, 1972. p. 138.
 - 10 ROURE, Agenor. *A Constituinte Republicana*. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 3-19; *O systema republicano-federal é, de sua essência, dualista. Ha a competencia federal e a competencia estadual. E na pratica ellas podem collidir. Ora, as controversias d'ahi resultantes precisam ser derimidas, para o regular funcionamento do regimen...* BARBALHO, op. cit., p. 223.
 - 11 *Apesar dos poderes políticos que lhe foram conferidos, o Supremo Tribunal brasileiro não seguiu nunca, na República, a tradição do seu modelo, como órgão de arbitragem entre os poderes políticos*. FRANCO, op. cit., p. 152-153.
 - 12 Primeiro, João Mangabeira e Carlos Maximiliano achavam que a Justiça Militar não era matéria do Poder Judiciário: *Nunca foi assim considerada. Jamais se viu uma lei de organização judiciária cuidar de Justiça Militar*. Segundo, parecia a João Mangabeira que a dualidade da magistratura não era essencial à federação, era ele a favor da unidade absoluta da justiça, e Oswaldo Aranha entendia que se caminhava menos para a unidade da Justiça do que em 1891, quando os constitucionalistas vieram com a idéia de transplantar ao pé da letra para o Brasil o regime americano. AZEVEDO, José Affonso Mendonça de. *Elaborando a Constituição Nacional*: atas da subcomissão elaboradora do Anteprojeto 1932/1933. Organização e índices: Paulo Roberto Moraes de Aguiar. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1993. p. 397-571; LINS, Augusto E. Estellita. *A nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil*: decretada em 10 de novembro de 1937 pelo Presidente Getúlio Vargas: sinopses, anotações e repertório. Rio de Janeiro: J. Konfino, 1938. p.307-308.
 - 13 CASTRO, Araújo. *A Constituição de 1937*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938. p. 202; Em 1937, conforme Cláudio Pacheco, operou-se um retrocesso parcial, consistente em unificar pelo menos as justiças de primeira instância. PACHECO, Cláudio. *Tratado das Constituições Brasileiras*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1965. v. 7, p. 24.; Especificamente, quanto à Justiça Federal, sem maiores razões, em face da dualidade que permanecia, suprimiu-se os juizes e tribunais federais. PEREIRA, Milton Luiz. *Justiça Federal*: primeira instância. São Paulo: Sugestões Literárias, 1969. p. 18; De acordo com Roberto Rosas, *A Constituição de 1937 aboliu a Justiça Federal porque os juizes federais foram nomeados anteriormente na República Velha e, portanto, o Sr. Getúlio Vargas, para não aposentar ou colocar em disponibilidade os juizes, resolveu cortar pela base...* REALE, Miguel. O poder judiciário na Constituição. *Arquivos do Ministério da Justiça*, v. 40, n. 169, p. 109, 1987.
 - 14 *Perigo mais grave na esfera social, porque, como bem nota Carnelutti, o erro de direito tem esta nocividade específica: é um erro contagioso, no sentido de que tende a propagar-se a outras decisões*. BUZAID, Alfredo. *Estudos de direito*. São Paulo: Saraiva, 1972. p. 137; SILVA, José Afonso. *Do recurso extraordinário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963. p. 130 - ss; A propósito da cassação, veja-se o seguinte: *Esta distinción sirvió para demostrar que, entre los posibles errores, algunos de ellos sobrepasan el simple interés individual...* FERNANDEZ, Sergi Guasch. *El hecho y el derecho en la casación civil*. Barcelona: J. M. Bosch, 1998. p. 25.
 - 15 CAMPOS, F. *Direito constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 1942. p. 226; MIRANDA, Pontes de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1996. t. 3, p. 272; LESSA, Pedro. *Do Poder Judiciário*: direito constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: F. Alves, 1915. p. 101-115; MARQUES, José Frederico. *Instituições de direito processual civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1962. v. 4, p. 322-333; PEIXOTO, J. C. de Matos. *Recurso extraordinário*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1935.; SILVA, op. cit., p. 29; *Recorreu-se, então, ao velho writ of error do Direito anglo-americano. Traduziu-se, quase literalmente, as disposições do Judiciary act e leis posteriores, que regulavam o instituto*. REFORMA Constitucional: sugestões para a reforma constitucional apresentadas ao Ministro Nereu Ramos pela Comissão Especial de Juristas, constituída em março de 1956. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956. p. 43-48.
 - 16 Participaram da Comissão Carlos Medeiros da Silva, Antônio Gonçalves de Oliveira, Francisco Brochado da Rocha e Hermes Lima. REFORMA, op. cit., p. 45-48.
 - 17 LEAL, Victor Nunes. Atualidade do Supremo Tribunal Federal. In: _____. *Problemas de direito público e outros problemas*. Brasília: Ministério da Justiça, 1997. p. 37. Palestra proferida em Belo Horizonte, no dia 12/08/64.
 - 18 Quanto à letra a do inc. II, o recurso ordinário ficaria restrito ao *habeas-corpus*, isto porque o Supremo, *contra a sistemática do regime federativo e da dualidade de justiça, julga por via de mandado de segurança, em instância ordinária, recurso interposto de decisão de tribunal local, mesmo quando não haja controvérsia sobre dispositivo da Constituição ou de lei federal, e ainda porque sobrecarrega e entrava, indevidamente, os seus trabalhos*. *Ibidem*, p. 42-43.
 - 19 BUZAID, op. cit., p.144-147; e GALLOTI, Luís Octávio. Entrevista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 out. 2000, p. 2.
 - 20 BUZAID, op. cit., p. 145. No que tange aos agravos, ver REFORMA, op. cit., p. 49-50.
 - 21 *Diário do Congresso Nacional* de 29 abr. 1949, p. 3323-3324.
 - 22 De fato, prevalecia o entendimento segundo o qual o despacho não haveria de se cingir aos aspectos formais. A propósito, ver SILVA, op. cit., p. 365-366; e igualmente, a *Revista Forense*, v. 267, p.385, 1979. Todavia, nos anos trinta, no sentido de que o despacho haveria de se limitar aos requisitos extrínsecos ver PEIXOTO, op. cit., p. 229; Na atualidade, Súmula 123/STJ: *A decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com o exame dos seus pressupostos gerais e constitucionais*. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula n. 123.
 - 23 LEAL, op. cit., p. 42-43. Foi nas Emendas aprovadas na sessão de 28/8/63 que se dispôs a respeito da Comissão de Jurisprudência e da Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal. *Diário da Justiça*, 30 ago.1963.

- 24 *Art. 309-A – Nos autos de recurso extraordinário, de embargos em recurso extraordinário e do agravo do despacho que o tenha indeferido, desde que se encontrem no Tribunal há dez anos ou mais, sem julgamento, o relator poderá convocar as partes a manifestarem, dentro de 90 dias, a contar da primeira publicação do despacho, que será repetida uma vez o seu interesse pelo andamento do feito, e este será julgado prejudicado, com prévia inclusão em pauta, se nenhum dos interessados atender à intimação. Parágrafo único – A secretaria fará presentes dos relatores, com a devida informação, os processos a que se refere este artigo.* Sessão de 29 maio 1964, *Diário da Justiça* de 2 jun. 1964.
- 25 ALVES, José Carlos Moreira. Conferência. In: CICLO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MINISTRO LUIZ GALLOTTI, 1998, Recife. *Discursos e conferências*. Recife: Tribunal Regional Federal da 5. Região, 1998. 122 p.; MENDES, Gilmar Ferreira. *Controle de constitucionalidade*. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 188-192.
- 26 O Regimento entrou em vigor em 15/10/70, sendo que as restrições não se aplicavam às causas *cujas decisões foram proferidas até 31 de dezembro de 1969* (art. 343). BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Supremo Tribunal Federal: regimento interno*. Brasília: Diário da Justiça, 1970. 31 p.
- 27 A Emenda n. 7 foi promulgada pelo Poder Executivo Federal, no recesso do Congresso Nacional decretado a partir de 1º/4. Enviado o projeto de Emenda ao Congresso em 1976, lá permanecia quando se decretou o recesso. Destinava-se, ao ver da Mensagem n. 81, a *dar princípio à almejada reforma do Poder Judiciário*.
- 28 A respeito dos quatro votos, Regimento do Supremo de 1980, art. 328, VII, d. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Regimento interno e tabela de custas*. Brasília: Imprensa Nacional, 1980, 134 p.; nos Estados Unidos, conforme Stern e Gressman: *four Justices are necessary to grant a petition for a writ of certiorari*. STERN, Robert L.; GRESSMAN, Eugene. *Supreme Court practice: jurisdiction, procedure, arguing and briefing techniques, forms, statutes, rules for practice in the Supreme Court of the United States*. 4. ed. Washington: Bureau of National Affairs, 1969. p. 208; REHNQUIST, William H. *The Supreme Court*. New York: Quill, 1989. p. 289.
- 29 Por exemplo, segundo Victor, o interesse público, o reflexo da decisão além do exclusivo interesse das partes litigantes, as questões constitucionais, a definição de um instituto tributário etc. LEAL, op. cit., p. 87-94.
- 30 LINS E SILVA, Evandro. O recurso extraordinário e a relevância da questão federal. *Revista Forense*, v. 255, p. 43, 1976; PASSOS, J. J. Calmon. Da arguição de relevância no recurso extraordinário. *Revista Forense*, v. 259, p. 11, 1977; LIMA, Alcides de Mendonça. A evolução da competência do STF. *Revista Forense*, v. 266, p. 1, 1979; VELLOSO, Carlos Mário da Silva. A arguição de relevância da questão federal em matéria tributária, *Revista Lemi*, v. 12, n. 25; ABREU, Iduna Weinert. A arguição de relevância da questão federal. *Revista de Informação Legislativa*, v. 16, n. 61, p. 167, 1979; ABREU, Iduna Weinert. Arguição de relevância: aspecto político da sua apreciação pelo Supremo Tribunal Federal. *Revista de Informação Legislativa*, v. 14, n. 56, p. 205, 1977; JARDIM, Lorena Torquato. O congestionamento de processos no STF e na Suprema Corte Norte-americana. *Revista de Informação Legislativa*, v. 17, n. 68, 1980; BATISTA, Doreste. *Da arguição de relevância no recurso extraordinário*. Rio de Janeiro: Forense, 1976; LEAL, Victor Nunes. *O requisito da relevância para redução dos encargos do Supremo Tribunal*. *Revista Forense*, v. 213, p. 22, 1966. Eis alguns recursos que subiram em razão do acolhimento da arguição: *Revista Trimestral de Jurisprudência*, v. 78, p. 309; v. 82, p. 644; v. 83, p. 575; v. 84, p. 1068; v. 86, p. 639; v. 90, p. 1097; v. 91, p. 691; v. 91, p. 1073; v. 91, p. 1079; v. 92, p. 1219; v. 93, p. 830; v. 93, p. 874; v. 93, p. 888; e v. 98, p. 313.
- 31 ALVES, op. cit., p. 81.
- 32 A Constituição é a de 1946, e o inc. III dispunha das alíneas a, b, c e d, isto é, casos de contrariedade, questionamento, contestação e dissídio. BUZAID, op. cit., p. 175-176.
- 33 Confira-se o relatório publicado na *Revista de Direito Público e Ciência Política*, v. 8, n. 2, p. 134 – ss., maio/ago. 1965.
- 34 REALE, op. cit., p. 93-97.
- 35 BRASIL. Constituição (1967). Constituição Federal; Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos; índice analítico comparativo. Coordenação Ivan Vernon Gomes Torres Jr. Rio de Janeiro: Forense, 1987, 450 p. p. 218; REALE, op. cit., p. 124.
- 36 Sugestões do Supremo Tribunal Federal. *Revista da Associação dos Magistrados Mineiros*, p. 10–ss, 1987.
- 37 KERNALEGUEN, Francis. *Institutions judiciaires*. Paris: Litec., 1994, p. 95-96; Ibidem, p. 157; FRANCE. Cour de Cassation. *Bicentenaire de la Cour de Cassation*. Paris: La Documentation Française, 1991.
- 38 BUZAID, op. cit., p. 167-168.; Ibidem, p. 175-176.
- 39 FERNÁNDEZ, op. cit., p. 32-33.
- 40 HALPERIN, Jean-Louis. Histoire de la Cour de Cassation. In: FRANCE. Cour de Cassation. *Bicentenaire de la Cour de Cassation*. Paris: La Documentation Française, 1991. p. 118.; *Il y a, pour toute la République, une Cour de Cassation*, Cód. de Organização Judiciária, art. 50.
- 41 FERRAND, Frédérique. *Cassation française et révision allemande*. Paris: Puf, 1993, p. 7-12. De acordo com a conclusão, Ferrand cita dois autores alemães, E. Schwinge e F. Baur. Ibidem, p. 339.
- 42 KERNALEGUEN, op. cit., p. 96; FRANCE, op. cit., p. 73.
- 43 FERNÁNDEZ, op. cit., p. 409; FRANCE, op. cit., p. 62; Ata da 1ª Sessão Ordinária da 2ª Seção do STJ, em 14/6/89; REIS, José Alberto dos. A função do Supremo Tribunal de Justiça segundo o CPC português. *Ajuris*, v. 13, n. 38, p. 7-22, 1986.
- 44 Do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, no Superior Tribunal, confirmam-se os despachos atinentes aos RESP 116.005 e 192.049. *Diário da Justiça*, 23 mar. 2001 e 30 mar. 2001.
- 45 De acordo com o seu atual presidente, William H. Rehnquist, o trabalho da Corte consiste em escolher, dentre mais de 4.000 petições de *certiorari*, “*somewhere around 150 cases in which certiorari is granted*”. REHNQUIST, op. cit., p. 253.
- 46 BAUM, Lawrence. *A Suprema Corte Americana*. Rio de Janeiro: Forense, 1985. p. 165.
- 47 BARBALHO, João. *Constituição Federal Brasileira: comentários*. 2. ed. corr. e augm. pelo autor. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1924. p. 13-16.
- 48 *Le Monde*, p. 7, 20 jan. 2000.
- 49 *Jornal do Brasil*, p. 19, 21 maio 2000.

ABSTRACT

Through a historical overview of Colonial Brazil and Brazilian Constitutions, this paper discusses the development and the competence of the Brazilian Supreme Court and the High Court of Justice.

It analyses the historical evolution of these courts' competencies and comments upon the importance of the Federal Council of Justice as an internal control organ for Federal Justice and as an extremely useful and exemplary model.

It presents criticisms and suggestions with respect to the Amendment related to Reform of the Judiciary and now in debate in Congress. This paper considers this Amendment to be fundamental for the strengthening of the Judiciary Power.

KEYWORDS – Brazilian Supreme Court; High Court of Justice; Judiciary Power; original competence; sole competence; Constitution; extraordinary appeal; appeal to the High Court; reform of the Judiciary; Federal Council of Justice.

Nilson Vital Naves é Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.